



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

INGRID MARQUES DOS SANTOS

**LIMITES E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE UM
ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA
UFPA.**

Belém-PA
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO UM ALUNO COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NAS AULAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade
de Educação Física da Universidade Federal do Pará,
Campus Belém como exigência para obtenção da graduação
em Licenciatura em Educação Física.

Prof. Orientador: Ms. Fernanda Yully dos Santos Monteiro.

BELÉM-PA
2019

INGRID MARQUES DOS SANTOS

**LIMITES E POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE UM ALUNO COM
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NAS AULAS DE EDUCAÇÃO
FÍSICA NA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA UFPA.**

Data da Defesa: 10/12/ 2019.

Banca Examinadora:

Professora Ms. Fernanda Yully dos Santos Monteiro - EAUFPA
Orientadora

Professora Dra. Maria da Conceição do Santos Costa - UFPA
Examinadora

Professora Esp. Carla Regina da Silva Santos - EAUFPA
Examinadora

*Dedico este trabalho primeiramente a Deus,
depois a meus pais e irmão que estiveram
presente em todo o processo me apoiando e
auxiliando de todas as formas possíveis.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por possibilitar minha caminhada no campo acadêmico-científico dentro da graduação. À Universidade Federal do Pará (UFPA), Faculdade de Educação Física e todo corpo docente que contribuíram em vários aspectos em minha formação universitária.

À minha família que sempre esteve comigo e me impulsionou em minha trajetória na universidade.

A minha orientadora Prof. Ms. Fernanda Monteiro, que me instruiu e incentivou no decorrer toda esta pesquisa.

Ao meu namorado e amigos em geral, que se fizeram presentes durante o percurso contribuindo do início ao fim deste curso, não deixando que eu desistisse em nenhum momento.

Enfim a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

“As crianças especiais, assim como as aves, são diferentes em seus voos. Todas, no entanto, são iguais em seu direito de voar.”

(Jessica Del Carmen Perez).

RESUMO

Este estudo tem por objetivo identificar limites e possibilidades de desenvolvimento de um aluno com Transtorno do espectro autista nas aulas de Educação Física da EAUFPA. Metodologicamente, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, tendo como sujeito um aluno do ensino fundamental I com transtorno do espectro autista. O aluno em questão pertence a uma turma regular do Ensino Fundamental I, na Escola de Aplicação da UFPA, no município de Belém-PA que é uma escola referência no município em educação básica, sendo a mesma de âmbito federal. Para coleta de dados foram utilizados os seguintes instrumentos: a observação participante e a escrita de diários de campo por parte de 6 bolsistas do Programa Residência Pedagógica que atuavam na instituição e acompanhavam a turma na qual o aluno fazia parte semanalmente. Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo. O processo de intervenção foi realizado no período Outubro de 2018 a Setembro de 2019, no acompanhamento de duas aulas semanais de Educação Física regular de 50 minutos hora aula. Como resultado, o estudo, identifica que a atuação da professora se torna essencial nesse processo, pois a atitude acolhedora por parte da professora se torna um meio eficaz para que ocorra o processo de inclusão. A possibilidade de conhecer o aluno identificando suas potencialidades, pode gerar a criação de arranjos pedagógicos que auxiliem e tornem a aula de educação física mais atrativa ao aluno. A participação dos pais também é importante nesse processo, assim também como a escola em geral. No entanto o processo não é tão fácil assim, pois os níveis de autismo variam então não é possível deixar uma “receita” pronta de como incluir o aluno autista nas aulas, mas através de esforços em conjunto podemos aos poucos tornar possível esse processo de inclusão nas aulas de educação física.

Palavras-chave: Educação Física; Transtorno do Espectro Autista; Educação Escolar.

ABSTRACT

This study aims to identify limits and development possibilities of a student with Autism Spectrum Disorder in Physical Education classes at EAUFPA. Methodologically, this study is characterized as a qualitative research of the case study type, having as a subject an elementary school student with autism spectrum disorder. The student in question belongs to a regular class of Elementary School I, at the UFPA School of Application, in the municipality of Belém-PA, which is a reference school in the municipality in basic education, being the same at federal level. For data collection, the following instruments were used: participant observation and writing of field diaries by 6 scholars from the Pedagogical Residency Program who worked at the institution and accompanied the class in which the student was part weekly. Data were analyzed by content analysis technique. The intervention process took place from October 2018 to September 2019, following two weekly 50-minute regular Physical Education classes. As a result, the study identifies that the teacher's performance becomes essential in this process, as the welcoming attitude of the teacher becomes an effective means for the inclusion process to occur. The possibility of knowing the student by identifying their potentialities can generate the creation of pedagogical arrangements that help and make the physical education class more attractive to the student. Parental participation is also important in this process, as is school in general. However the process is not that easy as the levels of autism vary so it is not possible to leave a ready recipe for how to include the autistic student in class but through joint efforts we can gradually make this inclusion process possible in physical education.

Keywords: Physical Education; Autistic Spectrum Disorder; Schooling.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 2. O QUE SABEMOS SOBRE O AUTISMO?..... | 6 |
| 2.1 DOCUMENTOS E LEIS SOBRE O AUTISMO..... | 8 |
| 3. AUTISMO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR..... | 13 |
| 4. LIMITES E POSSIBILIDADES DENTRO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA..... | 19 |
| 5. CONCLUSÃO..... | 26 |
| 6. REFERÊNCIAS..... | 30 |
| 7. ANEXO..... | 33 |
| 7.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO..... | 33 |

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC) traz como tema “Limites e possibilidades de desenvolvimento de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas aulas de Educação Física na Escola de Aplicação da UFPA”. Os estudos sobre o Transtorno do Espectro Autista têm crescido com o tempo, mas ainda apresentam lacunas que precisam ser abordadas e superadas. A American Psychiatric Association (APA) diz que: “O autismo é uma condição caracterizada pelo desenvolvimento acentuadamente anormal e prejudicado nas interações sociais, nas modalidades de comunicação e no comportamento.” (GUEDES e TADA, 2015, p.303).

O Transtorno do Espectro Autista pode ser diagnosticado desde a infância, após ser identificado perdura pela adolescência até a vida adulta. A Organização Pan-Americana de Saúde e a OMS em Abril de 2017 relataram 1 autista a cada 160 nascidos vivos. Ademais GOMES et al. (2014) diz que o autismo acomete mais o gênero masculino em detrimento do feminino.

A partir deste dado, verificamos que há um aumento aparente de pessoas com TEA. Podemos identificar algumas explicações plausíveis para esse aumento, dentre as quais Varela e Machado (2017, p. 28) apontam: “o aumento da conscientização sobre o autismo a expansão dos critérios diagnósticos e o aumento dos serviços de saúde relacionados ao transtorno do espectro autista”. Partindo dessas informações é previsível que com o crescimento de pessoas com esse transtorno o número de alunos com esta deficiência nas escolas tenha aumento significativo.

A aproximação com o tema em questão se deu a partir do momento que a pesquisadora se deparou com situações relacionadas ao seu objeto de pesquisa. Por ter certo interesse pela área da Educação Física inclusiva, houve uma inclinação em relação à linha da educação inclusiva, porém ainda não era uma ideia concluída.

Outro fato relevante é o fato da mãe da pesquisadora ser professora da educação básica numa escola do interior do estado do Pará, consideramos este caso determinante para a escolha do tema. O fato em questão possibilitou contato com a área escolar, e em determinado momento da experiência de sua mãe como professora a vivência com um aluno autista no espaço escolar, permitiu novos questionamentos acerca da educação inclusiva. O TEA era algo novo para a realidade de uma escola de interior, o que implicou em uma reconfiguração do trabalho docente da professora que teve que estudar sobre o autismo para atender as

necessidades do aluno que adentrou o espaço escolar. A partir desse momento a pesquisadora apresentou inquietações sobre o assunto que levaram ao início das leituras sobre autismo e educação escolar.

O Projeto Residência Pedagógica da Educação Física (PRP-EF) também foi decisivo na escolha do objeto de pesquisa. O projeto configura-se com uma iniciativa de proporcionar aos estudantes do Curso de Licenciatura em Educação Física do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, uma articulação teórico-prática entre a Universidade e a Educação Básica, no município de Belém do Pará. O Subprojeto intenciona fortalecer o processo de qualificação de estudantes de Educação Física em relação ao domínio dos conhecimentos e habilidades necessários ao exercício da profissão no contexto escolar. Apontando que o mesmo deve representar uma possibilidade de fortalecer a relação Universidade e educação básica, reforçando a efetivação do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física que aponta para a formação ampliada desde sua criação (UFPA, 2018, p.2).

Nesse momento, a pesquisadora deparou-se com um campo de pesquisa para o seu trabalho com os alunos com TEA na escola em que foi alocada, foi quando decidiu o que de fato queria através da sua pesquisa, definindo que buscava identificar em seu trabalho os limites e possibilidades de desenvolvimento de um aluno com TEA nas aulas de Educação Física na escola parceira do projeto. O projeto proporcionou experiências que foram muito relevantes no processo de formação e oportunizou momentos de reflexão da prática docente em Educação Física somando na formação docente.

Quando se fala do trato com a pessoa autista é comum perceber que as pessoas que participam efetivamente na vida desse indivíduo encontram dificuldades ao relacionar-se com os mesmos. No ambiente escolar não é diferente, o professor também encontrará dificuldades com esses alunos. Entretanto, é nesse momento que o profissional através de pesquisas sobre o assunto poderá identificar possibilidades de inserção do aluno com TEA nas aulas.

Deste modo, este trabalho busca contribuir com reflexões para futuros professores sobre os limites e possibilidades de alunos com autismo dentro das aulas de Educação Física e da escola de maneira mais geral.

O trabalho em questão busca ainda trazer maiores reflexões para a comunidade sobre o autismo e a Educação Física, mostrando que apesar dos limites há também possibilidades para que os alunos com TEA sejam incluídos nas aulas dentro da escola, o que permitirá as famílias uma visão diferenciada sobre o TEA e a educação escolar, entendendo que cada aluno apresenta peculiaridades e pode aprender ao seu modo.

Por último, em um âmbito pessoal essa pesquisa ajudará no deleite da pesquisadora em estudar uma área com a qual se identifica. Além disso, conceberá através da pesquisa em questão subsídios para que mais alunos autistas possam ser incluídos dentro das escolas, o que traria uma enorme satisfação à elaboradora do trabalho.

Ademais, essa pesquisa poderá ajudar no futuro da pesquisadora no mundo do trabalho, quando a mesma estiver formada no curso de licenciatura em Educação física e começar a exercer a profissão, sendo que em sua jornada poderá deparar-se com alunos autistas e, este trabalho de pesquisa poderá servir como base para o trato e planejamento de intervenções para alunos com TEA nas aulas de Educação Física.

O trabalho tem como lócus de pesquisa a Escola de Aplicação da UFPA- EAUFPA, localizada no bairro da Terra Firme Belém-PA é um polo de referência no que tange a educação básica. A escola apresenta coordenação de educação inclusiva, que faz atendimentos individualizados às crianças com deficiência, o que encaramos de maneira positiva. E a pesquisa envolve um aluno autista, que cursa o 2º ano do Ensino Fundamental.

O aluno em questão foi acompanhado desde Setembro de 2018 quando ainda cursava o 1º ano do ensino fundamental. Sendo assim através do PRP-EF, que conta com dez bolsistas na escola, foi possível registrar as experiências e observações das aulas ministradas pelo professor/preceptor em diários de campo que auxiliaram na coleta e análise de dados do trabalho, sendo que a observação deste aluno se deu até o mês de setembro de 2019.

Deste modo a partir de todos os questionamentos e inquietações a respeito do tema a pergunta problema deste trabalho busca investigar: Quais os limites e possibilidades de desenvolvimento de um aluno com TEA nas aulas de Educação Física na escola de aplicação da UFPA?

No presente trabalho trazemos como objetivos específicos primeiramente conceituar o que é o TEA, logo após apontar como a Educação Física pode ajudar no desenvolvimento desse aluno com TEA e por último identificar os limites e possibilidades de alunos com TEA nas aulas de Educação Física em um âmbito integral (social, motor, etc.).

O trajeto metodológico desta pesquisa partiu de um estudo de caso. O livro Metodologia do Trabalho Científico define como estudo de caso: “Estudo que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo.” (SEVERINO, 2017, p.128).

Utilizou-se a revisão bibliográfica para compreender o TEA, obtendo conceitos e outros registros sobre o assunto. Para Santos e Candeloro (2006, p. 43) a revisão bibliográfica

é um dos componentes de um projeto de pesquisa, pois revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre o tema que está sendo pesquisado.

A observação do aluno também fez parte de nossas investigações, sendo que essas observações foram registradas em diários de campo dos bolsistas do PRP-EF I incluindo o da pesquisadora, e a partir deles foram colhidos dados para o desenvolvimento do capítulo teórico da pesquisa que trata de resultados e discussões sobre o tema. Para Ramos (2013, p. 193) “o diário de campo é uma investigação que se encontra imersa no contexto social do objeto”. Destarte, o contato com o contexto do aluno permite reflexões e conclusões a se extrair.

Durante todo o processo de observação o aluno foi acompanhado em um período de nove meses, no período de Outubro de 2018 a janeiro de 2019 foram feitas visitas esporádicas para conhecer a turma em si, pois o projeto Residência Pedagógica se deu em duas fases, a primeira apenas de observações e a segunda de regências junto a turma sendo que essas visitas esporádicas se deram na primeira fase onde os bolsista tinham que cumprir apenas 60h dentro da escola lócus. Já no período de Março de 2019 a Junho de 2019 o aluno foi acompanhado em duas aulas semanais de 50 minutos cada, da disciplina Educação Física na Escola lócus.

Apresentamos então um quadro que aponta os meses de observação, a quantidade de aulas observadas a cada mês, o conteúdo das aulas e as estratégias utilizadas nas aulas levando em consideração a avaliação utilizada pela professora (Quadro 1). Vale ressaltar também que não houve a necessidade de adaptar as aulas em prol de um aluno em si, mas as aulas foram pensadas para o coletivo.

QUADRO 1: Planejamento geral da Professora durante as observações.

ANO: 2018

| MÊS | QUANTIDADE DE AULAS ACOMPANHADAS | CONTEÚDO | ESTRATÉGIAS |
|-----------------|---|--|---|
| OUTUBRO | 1 | A cultura infantil: o jogo, a criança e a vida. – Jogos cooperativos | Utilização dos momentos da PHC (abordagem metodológica utilizada nas aulas de Educação Física) de forma dialética. A partir dos objetivos propostos verifica-se se os mesmos foram atingidos plenamente ou parcialmente. A avaliação aconteceu de forma coletiva, temporalmente e |
| NOVEMBRO | 3 | XXXV Jogos da internos da Escola de aplicação da UFPA | |
| DEZEMBRO | 2 | Entrelaçando práticas esportivas e de aventura- Atletismo e | |

| | | | |
|--|--|----------|---|
| | | escalada | acumulativo das aulas enfatizando o elemento processual, no sentido de iniciar-se com a construção e debate coletivo dos conteúdos. |
|--|--|----------|---|

ANO: 2019

| MÊS | QUANTIDADE DE AULAS | CONTEÚDO | ESTRATÉGIAS |
|-----------------|----------------------------|---|---|
| JANEIRO | 2 | Entrelaçando práticas esportivas e de aventura - slackline, corrida orientada | Utilização dos momentos da PHC (abordagem metodológica utilizada nas aulas de Educação Física) de forma dialética. A partir dos objetivos propostos verifica-se se os mesmos foram atingidos plenamente ou parcialmente. A avaliação aconteceu de forma coletiva, temporalmente e acumulativo das aulas enfatizando o elemento processual, no sentido de iniciar-se com a construção e debate coletivo dos conteúdos. |
| MARÇO | 6 | Lutas Brasileira - jogos de combate, luta marajoara, capoeira e huka huka; | |
| ABRIL | 7 | | |
| MAIO | 9 | A dança da gente – Danças folclóricas brasileiras/amazônicas | |
| JUNHO | 7 | (Dança de angola, marujada, chula, xote, Carimbó, pássaro junino) | |
| AGOSTO | 8 | Práticas de Aventura em meio Urbano e Natural- slackline, skate, le parkour, | |
| SETEMBRO | 9 | introdução a escalda, corrida de aventura e arvorismo; | |

FONTE: DOS SANTOS (2019).

Como a escola possui uma coordenação de educação inclusiva, fizemos um levantamento da documentação do aluno investigado junto à coordenação buscando registros individuais do mesmo, fichas de avaliação e outros eventuais documentos que pudessem nos ajudar a responder o questionamento deste trabalho. Vale ressaltar também que foi disponibilizado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a família do aluno, pedindo autorização para que pudessemos utilizar os registros do diário de campo.

O método de pesquisa teve como fundamentação a aproximação ao Materialismo histórico-dialético, segundo Marx. Para Paulo Netto (2011, p.20) o método marxista trata o conhecimento teórico como um “[...] conhecimento do objeto- de sua estrutura dinâmica- tal

como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador”.

O trabalho em si trará em seu primeiro capítulo o conceito do transtorno do espectro autista, mostrando também algumas das leis que asseguram a entrada de alunos com autismo nas escolas regulares de ensino, e os deveres da escola perante esse aluno. O segundo capítulo procurará apontar como a educação física pode ajudar no desenvolvimento integral de um aluno com TEA. E terceiro e último capítulo deste trabalho trará a análise dos limites e possibilidades de desenvolvimento deste aluno dentro das aulas de Educação Física.

2. O QUE SABEMOS SOBRE O AUTISMO?

A palavra autismo é derivada do Grego “autos” que significa “voltar-se para si mesmo”. Um dos primeiros registros sobre o autismo se deu por volta do ano de 1943, quando o psiquiatra austríaco Leo Kanner identificou através de suas observações um grupo de 11 crianças que possuíam um quadro clínico em comum, que era o isolamento extremo e a dificuldade de se relacionar (GUEDES e TADA, 2015, p.306).

O psiquiatra apontava que uma das características em comum apresentada entre todas essas crianças estudadas eram mães frias e distantes, o que por muitos anos se atribuiu a causa do autismo. A teoria que o autismo era um distúrbio originado pelo distanciamento afetivo das mães com os filhos foi disseminada, porém com o tempo o próprio Kanner retratou-se de sua afirmativa sobre a possível causa do autismo (GUEDES e TADA, 2015, p.306).

Hoje o Transtorno do Espectro Autista segundo o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM) é um novo transtorno do DSM-5 que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento e é caracterizado por:

Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al, 2014, p. 31).

Os sintomas do Transtorno do Espectro autista variam de indivíduo para indivíduo e os prejuízos obtidos também variam de intensidades que vão de leve a grave. O DSM-5

apresenta critérios diagnósticos para o autismo e aponta os especificadores de gravidade do transtorno como mostra a tabela abaixo:

| Níveis de gravidade para transtorno do espectro autista | | |
|--|---|---|
| Nível de gravidade | Comunicação social | Comportamentos restritos e repetitivos |
| Nível 3 “Exigindo apoio muito substancial” | Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal causam prejuízos graves de funcionamento, grande limitação em dar início a interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa com fala inteligível de poucas palavras que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer a necessidades e reage somente a abordagens sociais muito diretas. | Inflexibilidade de comportamento, extrema dificuldade em lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos interferem acentuadamente no funcionamento em todas as esferas. Grande sofrimento/dificuldade para mudar o foco ou as ações. |
| Nível 2 “Exigindo apoio substancial” | Déficits graves nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; prejuízos sociais aparentes mesmo na presença de apoio; limitação em dar início a interações sociais e resposta reduzida ou anormal a aberturas sociais que partem de outros. Por exemplo, uma pessoa que fala frases simples, cuja interação se limita a interesses especiais reduzidos e que apresenta comunicação não verbal acentuadamente estranha. | Inflexibilidade do comportamento, dificuldade de lidar com a mudança ou outros comportamentos restritos/repetitivos aparecem com frequência suficiente para serem óbvios ao observador casual e interferem no funcionamento em uma variedade de contextos. Sofrimento e/ou dificuldade de mudar o foco ou as ações. |
| Nível 1 “Exigindo apoio” | Na ausência de apoio, déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis. Dificuldade para iniciar interações sociais e exemplos claros de respostas atípicas ou sem sucesso a aberturas sociais dos outros. Pode parecer apresentar interesse reduzido por interações sociais. Por exemplo, uma pessoa que consegue falar frases completas e envolver-se na comunicação, embora apresente falhas na conversação com os outros e cujas tentativas de fazer amizades são estranhas e comumente malsucedidas. | Inflexibilidade de comportamento causa interferência significativa no funcionamento em um ou mais contextos. Dificuldade em trocar de atividade. Problemas para organização e planejamento são obstáculos à independência. |

Fonte: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5).

Essa tabela diferencia os níveis do autismo, caracterizando cada nível segundo as suas especificidades para o diagnóstico. Os indícios do transtorno costumam geralmente ser reconhecidos no decorrer do segundo ano de vida, embora possam ser vistos antes dos 12 meses de idade, se os atrasos do desenvolvimento forem graves. O perfil de padrão de início pode englobar informações sobre atrasos precoces no desenvolvimento ou quaisquer perdas de habilidades sociais ou linguísticas. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al, 2014, p. 55).

Os aspectos comportamentais do transtorno do espectro autista se tornam evidentes na primeira infância, e em alguns casos apresentam a falta de interesse em interações sociais no

primeiro ano de vida. Certas crianças com transtorno do espectro autista manifestam regressões no desenvolvimento, como por exemplo uma deterioração gradual ou relativamente rápida em comportamentos sociais ou no uso da linguagem, geralmente durante os dois primeiros anos de sua vida (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al, 2014, p. 55).

Um dos primeiros sintomas do transtorno do espectro autista constantemente envolvem o retardo no desenvolvimento da linguagem, normalmente acompanhado por ausência no interesse social, formas “estranhos” de brincadeiras ou seja brincam de um modo diferente do convencional. Durante o segundo ano, comportamentos estranhos e repetitivos e ausência de brincadeiras típicas tornam-se mais evidentes (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al, 2014, p 56).

O autismo é uma condição definida como permanente e persistente, ou seja, não possui cura e se estende por toda a vida do indivíduo (KLIN, 2006 p. 8). Segundo a OMS [Organização Mundial de Saúde] (2003), os sintomas do autismo podem prejudicar seriamente o dia a dia dos indivíduos nessas condições impedindo muitas vezes de desenvolver atividades educacionais e sociais.

Quando falamos no tratamento, não há tratamentos farmacológicos especificamente para o TEA, porém, hoje, após o diagnóstico do transtorno uma equipe multiprofissional deve acompanhar o mesmo com intervenções terapêuticas, os mesmos também passam por atendimentos psicológicos, fisioterápicos, fonoaudiólogos, neurológicos, terapias ocupacionais (SILVA & MULICK, 2006, p. 128), ou seja, todos esses acompanhamentos auxiliam no tratamento do autismo e colaboram na diminuição dos sintomas do transtorno.

Do mesmo modo, é importante ressaltar que o apoio familiar é considerado um suporte essencial com participação ativa de todos diretamente envolvidos para o desenvolvimento dessa pessoa com o TEA juntamente com as terapias multiprofissionais (SILVA, 2012, p. 95).

2.1 DOCUMENTOS E LEIS SOBRE O AUTISMO

Com toda essa discussão podemos então perceber que o autismo hoje se tornou mais conhecido na sociedade, o DSM-5 possui informações sobre o transtorno que são muitos relevantes para se conhecer e tornar mais fácil o diagnóstico. Com todo esse conhecimento sobre o TEA e dadas as escassezes de intervenções para tratamentos e políticas sociais foi então necessário criar políticas que auxiliassem e amparassem o portador desse transtorno.

Em março de 2010, foi encaminhado ao Senador Paulo Paim por Berenice Piana um Projeto de Lei, para que fosse analisado e adequado às necessidades das pessoas com autismo, após vários debates e discussões entre pais, familiares, políticos e a comunidade, no dia 27 de dezembro de 2012 foi sancionada a Lei Ordinária Federal nº 12.764, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, mais conhecida como a Lei Berenice Piana, esse nome foi dado em homenagem a essa mãe que possui um filho autista e lutou incansavelmente pelos direitos de seu filho. (PLETSCH e LIMA, 2014, p. 5) A Lei Berenice Piana representa um avanço nas políticas inclusivas no que tange as pessoas com TEA.

A partir da promulgação desta lei, as pessoas com autismo passaram a possuir os mesmos direitos de outras pessoas com deficiência, o que é garantido pelo § 2º, Art. 1º, da referida lei citada ao qual determina que “A pessoa com Transtorno do Espectro Autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012, p. 1). Deste modo, as pessoas que portam o TEA passaram a se encaixar no conceito descrito na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (ONU/2006, p. 6).

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos a longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (SANT’ ANA e DA SILVA SANTOS, 2015 p. 100).

Sendo assim o aparato da lei Berenice Piana garante então direitos primordiais para a vida desses sujeitos que possuem autismo, logo podemos citar aqui o direito de acesso à educação, à moradia, ao mercado de trabalho, dentre outros direitos atribuídos através da lei as pessoas com autismo. No entanto, neste trabalho vamos nos atentar para o direitos referidos ao acesso à educação desses sujeitos, que vão nos ajudar a entender melhor os direitos de acesso, acompanhamento e os deveres da escola perante esse aluno.

Contudo, como o autismo para todos os efeitos legais é considerado uma deficiência, e por lei os mesmos possuem o direito de acesso à educação, a partir desta torna-se importante relatar no presente trabalho um pouco sobre o que já há sobre a educação inclusiva, tratar sobre aspectos da mesma, entendendo como ela funciona.

No ano de 1960, mais exatamente a sociedade se atentou mais para a necessidade de incluir as crianças com deficiência nos mesmos espaços escolares que as crianças não portadoras de nem um tipo de deficiência. Essa ação então ficou conhecida deste modo com “integração escolar”, onde a mesma deveria incluir as crianças que possuíam algum tipo de

deficiência em classes especiais e não juntamente com as outras crianças ditas “normais”, visto que as crianças com deficiência eram vistas como crianças que não poderiam ter o mesmo aprendizado que as demais (SANT’ ANA e DA SILVA SANTOS, 2015, p. 104).

Essa integração escolar também previa que os alunos que portavam a deficiência ao adentrar na escola, deveriam se adaptar aos recursos disponíveis que a escola oferecia para os alunos que não possuíam nenhum tipo de deficiência (SANT’ ANA e DA SILVA SANTOS, 2015, p. 104). Sendo assim, nesse período, a concepção de educação especial era que a mesma apresentava-se como “[...] um sistema paralelo ao ensino comum, muito em decorrência dos estigmas e das questões morais vigentes na sociedade daquela época” (CUNHA, 2013, p. 33).

Com o passar dos tempos o termo “integração escolar” começou a ser questionada e discutida, pois a mesma ao invés de ser uma prática inclusiva, resultava em uma ação excludente e de segregação. Os debates sobre o assunto trouxeram muitos pressupostos e reflexões sobre a educação inclusiva e as práticas de inclusão. Stainback e Stainback (1999, p. 21) dizem que a “educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas”.

Vale ressaltar que a Declaração de Salamanca (1994) motivou substancialmente a criação de políticas que envolvem a inclusão e trouxe ainda mais reflexões a respeito da educação inclusiva. A declaração de Salamanca é um documento que foi elaborado na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, em Salamanca, na Espanha no ano de 1994 e que trouxe reflexões em torno da educação inclusiva (SANT’ ANA e DA SILVA SANTOS, 2015, p. 104).

No que tange a lei, no dia 20 de dezembro de 1996 foi instituída a deliberação que conduz as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é a Lei N° 9.394. Essa lei traz considerações a respeito da educação inclusiva, a mesma profere que os alunos da educação especial devem ser introduzidos na rede regular de ensino e, sempre que possível, nas classes regulares. (BRASIL, 1996, p. 2).

A lei Berenice Piana assegura o direito de entrada de alunos com deficiência nas redes regulares de ensino e prevê penalidades a gestores que se negarem a matricular esses sujeitos. O Art. 7º, da Lei nº 12.764/12 diz que: “O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos”

O Atendimento Educacional Especializado também está previsto na Lei nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, e diz que é dever do poder público e das instituições articular-se entre si disponibilizar um atendimento de qualidade, baseado nas diretrizes da lei referida, às pessoas com deficiência que dele necessitarem.

O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. (Art. 2º da Lei 7.611/2011)

(BRASIL, 2011 p.12)

Como já foi dito anteriormente a declaração de Salamanca também foi muito importante para as discussões sobre a educação inclusiva e em seu preâmbulo a mesma diz que:

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades; [...] as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo. (BRASIL, 1994, p. 1)

Podemos ver nesses parágrafos que o Estado e escola regular tem um papel de total importância na vida e no desenvolvimento das pessoas com deficiência o que engloba a pessoa que possui o TEA que é quem o presente trabalho procura investigar. No ambiente escolar a partir de então torna-se necessário que haja adaptações de estratégias e adaptações curriculares para a inclusão. A Lei Federal nº 12.764/12, em seu Art. 2º estabelece algumas diretrizes que devem orientar as escolas para uma inclusão escolar de qualidade de pessoas com TEA:

I - a intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista; II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; [...]VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis; VIII - o

estímulo à pesquisa científica, com prioridade para estudos epidemiológicos tendentes a dimensionar a magnitude e as características do problema relativo ao transtorno do espectro autista no País.

Essa intersetorialidade faz referência a integração de diferentes áreas como a educação, saúde, transporte e etc. A articulação das diferentes áreas envolvidas se faz importante para a inclusão escolar de indivíduos com TEA. A cooperação da comunidade (pais, professores, gestores e etc.) também é fundamental para que essa inclusão ocorra da melhor forma possível.

Outra importante questão para essa inclusão é a formação e capacitação do professor, pois ele apresenta um papel de extrema relevância. Segundo Cunha (2013, p. 16) “O professor é essencial para o sucesso das ações inclusivas, não somente pela grandeza do seu ofício, mas também em razão da função social de seu papel. O professor precisa ser valorizado, formado e capacitado”. No entanto no processo de escolarização de alunos autistas, se torna visível que ainda há dúvidas e inseguranças a respeito desse processo pelo professor, o que acaba dificultando a prática docente (SANT’ ANA e DA SILVA SANTOS, 2015, p. 111).

No entanto ao tornarmos o professor parte importante dessa inclusão devemos pontuar que hoje encontramos professores com jornadas de trabalho elevadas o que se torna muito cansativo dentro do planejamento e da prática pedagógica, turmas com grandes números de alunos, sem contar que na maioria das vezes a escola não proporciona ao docente boas condições de trabalho e condições estruturais para que o mesmo desempenhe suas atividades. Desta forma devemos pautar que é somente do docente a responsabilidade do sucesso de alunos com deficiência? Deixamos aqui esse questionamento.

A inclusão escolar das pessoas com TEA deve ocorrer por meio de práticas pedagógicas voltadas ao cotidiano dos aluno. Portanto não basta apenas colocá-las dentro do espaço escolar, mas proporcionar um aprendizado significativo, baseado nas suas práticas do cotidiano e de suas potencialidades (SANT’ ANA e DA SILVA SANTOS, 2015, p. 112)

A Lei Berenice Piana resultou em progressos para a escolarização das crianças com TEA. É exigido que as escola defiram a matrícula desses indivíduos às classes regulares de ensino, e quando necessário, ofereçam um professor especializado para o acompanhamento em sala de aula. A escola também deve incentivar a capacitação de seus professores para promover uma inclusão mais eficaz, por meio de ações voltadas às pessoas com TEA.

Hoje ainda se torna necessário rever as políticas públicas atuais, para que seja garantido aos professores o conhecimento e a formação necessária, para que esses alunos não

sejam apenas incluídos no ambiente escolar, mas que também possam por meio de práticas pedagógicas específicas, possam aprender, ampliar seus conhecimentos e se desenvolver da melhor forma possível.

3. AUTISMO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Atualmente, segundo a Lei de nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e foi aprovada em dezembro de 2012, fez com que as pessoas com Transtorno do Espectro Autistas passassem a ser consideradas oficialmente pessoa com deficiência. Esta Política Nacional garante a pessoa com autismo, o direito à educação em todos os níveis de ensino, e em casos de necessidade comprovada, um acompanhante especializado nas classes comuns de ensino regular, entre outros benefícios (BRASIL, 2012).

Porém, quando falamos na Educação de pessoas autistas ou até mesmo na educação de qualquer pessoa com deficiência é perceptível que ainda nos dias de hoje há uma dificuldade muito grande em incluir esses alunos nas escolas regulares de ensino. O autismo por ser considerada uma deficiência nova e com características bem distintas, acaba que nesse contexto é tido como um processo de inclusão mais difícil como aponta Vasques (2008) dizendo que o processo de inclusão escolar de sujeitos com autismo, entre outras NEEs, situa-se como um dos grandes desafios contemporâneos da educação.

O autismo assim como outras deficiências possui suas peculiaridades e trabalhar com o autismo demanda conhecimento por parte dos profissionais que estarão com esses indivíduos. Por ser um universo complexo, acaba por nos instigar a querer buscar conhecimentos sobre o assunto para então poder compreender e desvelar novas instruções e aprendizados em relação a educação de pessoas autistas. A procura desses novos conhecimentos e de metodologias que possam auxiliar no processo é imprescindível para que se possa desenvolver ambientes educacionais inclusivos e também acolher a diversidade que é encontrada dentro de um ambiente escolar (SIQUEIRA, 2011, p. 28).

Atualmente têm-se crescido o debate sobre as questões que envolvem a educação inclusiva nas escolas regulares. A inclusão obteve um foco maior na educação brasileira. No entanto, ainda há muitos problemas e desconforto nas escolas quando tratamos desse tema (SIQUEIRA, 2011, p. 37). Tendo em vista que ao atender esses alunos com deficiência a escola deve promover mudanças em sua organização, mudanças essas que busquem promover

a inclusão desses indivíduos, e isso muitas vezes acaba causando certo desconforto na escola, pois esse novo projeto deve ser bem pensado por todos e conjunto para que o aluno ao adentrar o ambiente possa ser incluído da melhor maneira.

Quando tratamos da educação inclusiva pode-se notar que a mesma acaba por abalar as estruturas que englobam a escola tradicional e o seu ensino, quando ela traz mais visivelmente a realidade de turmas que são formadas de forma heterogênea, onde todos os alunos não são iguais, evidenciando assim o que precisa haver reflexões no contexto escolar, procurando com que haja ações para que nenhum aluno se sinta excluído ou fique à margem da turma (SIQUEIRA, 2011, p. 38). Pensar a implantação de uma educação inclusiva eficaz, dentro do cotidiano da escola regular, nos faz refletir no papel que a escola, o corpo discente e docente, a família e a sociedade tem nesse processo de reavaliar seus conceitos e suas ações para com esse público.

Entretanto apenas adentrar no ambiente escolar não é suficiente para a garantia do aprendizado desses indivíduos, desta forma torna-se essencial que haja uma educação de qualidade que abranja a todos independentemente de suas diferenças, e que possa auxiliar no desenvolvimento e no potencial máximo desses alunos com autismo e demais necessidades especiais. Talvez ao falarmos desta forma julguem que a questão da inclusão desses sujeitos nas escolas seja uma realidade utópica demais, porém alcançar esse público que é assegurado através de leis e que tem direitos assim como qualquer pessoa não é impossível.

Porém, já encontramos estudos como o de (LEMOS et al. 2016) que sinalizam a relevância da inclusão escolar das crianças com transtorno espectro autista, apontando, por meio de discursos de pais e professores, alternativas e possibilidades em relação a essa prática, que às vezes são questionadas em função das dificuldades com o trato do próprio autismo. Desta forma é importante essas crianças adentrarem nas escolas de cunho regular, para que assim também tenham oportunidades educativas como as demais pessoas ditas normais, pois os mesmos também possuem habilidades que podem ser desenvolvidas neste ambiente instigando os professores à repensarem suas práticas e concepções a respeito da educação inclusiva.

A educação inclusiva, como o próprio termo já sugere deve promover a inclusão de pessoas que de alguma forma estão sendo excluídas desse contexto, ou seja, a mesma deve acolher a todos sem exceção, todos os alunos devem aprender juntos, independentemente de suas dificuldades e diferenças. Para a educação de alunos autistas Vasques (2008) propõe que deveríamos repensar a mesma, evitando o foco nos paradigmas e padrões pré-estabelecidos acerca do autismo para assim poder pensar então em ações pedagógicas que ajudem no

desenvolvimento de sentidos, habilidades e permitam ao aluno autista avançar em seu progresso.

Deste modo quando já dentro do ambiente escolar cada disciplina tem sua contribuição na forma de desenvolvimento dos alunos, nesse caso aqui falando especificamente de alunos autistas, e nessa contribuição a disciplina Educação Física não se exclui, pois a Educação Física escolar pode proporcionar vários benefícios às crianças que à praticam. E esses benefícios não ocorrem apenas em âmbito biológico, mas também social, emocional e cultural.

Porém, a Educação Física carrega marcas históricas de conteúdos rígidos, esportivizados, competitivos e com muitas vezes dispensas médicas para determinados que alunos que “não podiam” executar as atividades que eram propostas por esse modelo da educação física. Dentre os períodos pelos quais a educação física passou podemos citar aqui o período Militar que incorporava à educação física métodos de ensino dos conteúdos e padronização de cidadãos, com práticas mais rígidas que eram baseados em métodos ginásticos europeus e visavam a educação do corpo (GREENVILE e FERNANDES, 2017, p. 124).

Outro período que deixou marcas na educação física foi o período higienista que assim como o período militar tinha seu olhar para a assepsia social e política da população, porém o período higienista difere do militar no momento em que ela remete uma preocupação maior com a questão biológica no que tange aos exercícios do corpo humano dando ênfase também aos vícios advindos da anatomia da fisiologia (GREENVILE e FERNANDES, 2017, p. 124). Desta forma esses dois períodos pelo qual educação física passou deixou uma concepção que a educação física trabalha mais especificamente em cima das questões de aptidões físicas, de gestos mais tecnicistas visando competição, a esportivização, tornando-se assim uma disciplina excludente.

No entanto hoje a Educação Física vive uma transformação e uma construção para a ressignificação de seus conhecimentos e práticas corporais. Apresentando então novas propostas com a proposta crítico superadora que visa a sistematização dos conteúdos por parte dos alunos, a fim de significar a disciplina dentro das escolas (GREENVILE e FERNANDES, 2017, p. 125).

A partir de então tentamos dar um outro olhar a educação física buscando conceituar e tornar a disciplina mais abrangente abrindo seus horizontes para além da visão estereotipada que ela traz através do séculos, desta maneira, hoje, a Educação Física segundo Soares et al. (1992) é um componente curricular que reúne um abundante patrimônio cultural tanto em

dimensões universais citando aqui os esportes e ginásticas institucionalizadas, como em aspecto particular exemplificando jogos e brincadeiras populares, esportes locais. O fato de que o ensino sistematizado da Educação Física possibilita o aumento do repertório de conhecimentos/habilidades do aluno, bem como a compreensão e a reflexão acerca da cultura corporal, entendida como uma das formas de linguagem e expressão comunicativa que, como qualquer prática social, é permeada de significados, sentidos, códigos e valores que possibilitam a construção das dimensões do vir a ser do ser humano.

A partir dessa discussão feita a respeito da disciplina envolvendo seus conceitos, suas formas de trabalho e o trato que a mesma propõem aos seus praticantes, a educação física é uma disciplina que inclui ou que acaba sendo excludente e seletiva? A educação física pode ser uma disciplina que pode promover a ação de inclusão desses alunos que possuem necessidades especiais? Será que a educação física traz benefícios para esses alunos? Mas especificamente falando, será que a Educação Física escolar pode trazer benefícios e pode ajudar no desenvolvimento de alunos autistas que adentram a escola regular?

Essas perguntas geralmente podem surgir na mente por muitas vezes ainda termos a Educação Física com um conteúdo mais prático, mais mecânico e tecnicista, o que pode desencadear pensamentos de que nas aulas educação física se torna complicado o processo de inclusão. Porém, pensar a Educação física para além de apenas conteúdos práticos e esportivizados é também reiterar que a mesma pode ser inclusiva e que ela pode ajudar esses alunos em seu desenvolvimento, mais especificamente falando os alunos autistas também estão nesse meio, mesmo sabendo da complexidade que o autismo envolve.

Educação Física na sua prática, no realizar das atividades corporais por parte dos alunos, na interações entre si, mediadas pelo professor, devem ser orientadas a entender por que não se deve “brincar” com o dito “diferente” e o quanto é importante não construir rótulos, julgamentos e concepções errôneas, ou até mesmo difundir preconceitos que se tornam tão “comuns” ainda hoje em nossa sociedade, e a partir disso possam tornar-se atores sociais na formação de uma educação mais inclusiva, não deixando que ações discriminatórias perpetuem dentro e fora do ambiente escolar (SIQUEIRA, 2011, p. 42).

Segundo Lenz et al. (2010) em seu trabalho denominado: “A inclusão dos portadores de necessidades especiais nas aulas de educação física”. A Educação Física escolar quando trabalhada de forma inclusiva traz inúmeros e consideráveis benefício e aprendizados tanto sobre professores, como sobre as diferenças que os alunos possuem, colaborando assim para a

vida em sociedade, onde todos convivem independentemente de suas diferenças, respeitando os limites de cada um. Na Educação Física a ação de incluir deve ir além de simplesmente do ensino da realização de atividades físicas. O professor para além disso, deve contribuir para a formação do cidadão possibilitando aprendizados e avanços na capacidade de ambientação e habituação da criança com necessidade especial e a sua vivência e relação corporal dentro do ambiente escolar (SILVA e DE LIMA OLIVEIRA, 2018, p. 90).

A Educação Física se pensada e trabalhada numa perspectiva inclusiva pode ser uma forte aliada na inclusão de alunos sejam os que possuem autismo ou qualquer outra deficiência, quando permitida a participação desses alunos, quando as atividades propostas são pensadas para que esses alunos possam participar, pode fazer com que os mesmos possam se sentir mais capazes em realizar atividades que promovem seu desenvolvimento, desenvolvendo seus potenciais e suas habilidades.

Sendo assim a disciplina através de suas intervenções também pode ajudar alunos autistas apesar de toda a complexidade que essa deficiência envolve. Hoje ainda por mais que haja um pouco a mais de conhecimento sobre o espectro autista, a criança autista geralmente é olhada e “julgada” a partir daquilo que a identifica como autista, ou seja, a partir daquilo que não consegue fazer, das atividades que ela não consegue realizar o que acaba por esconder as possíveis potencialidades que os mesmos podem ter e que se trabalhadas podem se tornar admiráveis e surpreendentes mostrando para a sociedade que eles também são capazes assim como cada um de nós.

Através da inserção da educação física, no programa de ensino para autistas se torna possível então um melhor desenvolvimento de habilidades sociais e melhora na qualidade de vida. No início dessa aprendizagem é necessário conhecer cada aluno, buscando identificar suas habilidades motoras, interesses e capacidades comunicativas para que assim possa ser desenvolvidas as suas habilidades e capacidades da melhor forma. Além desse fator segundo Tomé et al. (2007):

Com o objetivo de obter um melhor desenvolvimento social e condição física do autista, a educação física auxilia em aspectos importantes para um avanço significativo no convívio social e comportamental, beneficiando uma melhora no estado emocional, diminuição das estereotípias, melhora na atenção e concentração (diminuição da hiperatividade), diminuição da agressividade, devido ao aumento do nível da substância B-Endorfina e Adrenalina plasmática aumentando apetite, melhora no sono e aumenta a sensibilidade dos agentes farmacológicos. (p. 245)

Um programa de educação desenvolvido para alunos autistas não deve ser concentrado apenas no ensino dos movimentos, mas também na utilidade do aprendizado e no entendimento da atividade por parte do aluno destacando também possibilidades de avanço e adaptação do indivíduo buscando sempre seu desenvolvimento integral, seja em âmbito motor, cognitivo ou social. Nesse processo de ensino aprendizagem uma pessoa que possui um papel muito importante é o professor, porém como o autismo é relativamente algo novo os mesmos ainda encontram muitas dificuldades no trato com este aluno.

Alguns professores da área mesmo hoje com estudos que mostram possibilidades de escolarização desses alunos autistas, ainda se questionam se realmente é possível a inclusão desses alunos e se essa realidade não é utópica. Vasques (2008) visando contribuir com essa realidade de inserção desses sujeitos, e dar um novo olhar para a prática inclusiva desses alunos na escola e suas possibilidades educacionais realizou um estudo teórico com base no conhecimento acadêmico-científico através de teses e dissertações produzidas nos programas brasileiros de pós-graduação. Nesse estudo ele pontua que há frequentes dúvidas sobre a possibilidade de escolarização de alunos autistas e que isso se deve também a uma série de elementos.

Alguns desses elementos que ele aponta são: a escassez de informações sobre essas crianças e esses adolescentes com autismo; os poucos e recentes estudos na área; as dificuldades de diálogo entre as diferentes áreas que tratam deste tema e em conjunto podem ajudar no desenvolvimento de pessoas com o espectro autista; a falta de uma sistematização do conhecimento por parte do campo pedagógico, pois ainda se tem dificuldades no trato pedagógico com tais indivíduos e a tendência de perceber a diferença como falha ou déficit a ser corrigido, como já foi dito anteriormente o olhar para o autista apenas pelas coisas que ele não consegue fazer e considerar os seus gestos ou forma de comunicação coisas erradas e tentar corrigi-los e tentar que eles se adaptem à como a sociedade julga o certo.

A respeito de palestras e cursos que auxiliam neste processo de conhecimento e contribuição para a prática docente inclusiva, a frequência com que tais situações ocorrem é mínima. Porém, para que o processo de inclusão aconteça de forma positiva é importante que o profissional possa conhecer a deficiência, seja ela qual for, para que por meio disso ele possa adotar metodologias e meios adequados que permitam que esse processo seja feito de modo adequado respeitando as singularidades de cada indivíduo.

4. LIMITES E POSSIBILIDADES DENTRO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Desta forma após todo esse trajeto percorrido de pesquisas e observações, partindo da perspectiva que a Educação Física pode sim trazer benefícios à pessoas com transtorno do espectro autista e que a inserção desses alunos em escolas de ensino regular pode também ser benéfica em certos aspectos como no seu envolvimento social com os demais colegas de turma, além de nas vivências motoras que o aluno pode obter dentro das aulas se torna importante no desenvolvimento desse indivíduo.

A partir das inquietações em pesquisar sobre esse transtorno e como se daria a inserção desses alunos na disciplina de Educação Física dentro da escola regular de ensino, essa pesquisa buscou identificar limites e possibilidades de desenvolvimento de um aluno com autismo nas aulas de educação física. Para isso utilizamos de um estudo de caso com um dos alunos autistas da escola de aplicação da UFPA (Universidade Federal do Pará), onde através de observações nas aulas de Educação Física na turma em que o aluno encontra-se lotado, foi possível registrar em diário de campo anotações que nos ajudassem a responder nossa inquietação.

A escola de aplicação onde o aluno estuda é polo de referência da rede federal de ensino na educação básica, a mesma dispõem de diversos espaços que auxiliam no desenvolvimento das aulas de educação física, como sala de expressão corporal, sala de musculação, sala de lutas, ginásio de esporte dentre outros espaços e materiais. A escola por ser referência é muito requisitada pela população, muito por conta de sua estrutura e organização, recebendo assim alunos de diversos bairros que compõem o quadro de discentes da instituição.

Outro ponto relevante que trazemos quanto a organização da escola é que a mesma possui coordenações que auxiliam para o andamento das atividades dentro de seu ambiente de ensino. A escola dispõe de coordenação de educação infantil, de ensino fundamental, de ensino médio, estágio, a escola possui uma coordenação de Educação Física e também uma coordenação de educação especial. A coordenação de educação especial auxilia alunos com necessidades especiais em atendimentos especializados que ajudem no desenvolvimento desses alunos, o que julgamos positivamente dentro desse contexto.

A escola possui a disciplina educação física em seu currículo desde os dois primeiros anos da educação infantil sendo eles Pré I e Pré II, cada um desses tendo duas aulas semanais com duração de 50 minutos cada aula. Desde cedo então podemos observar que esses alunos começam a praticar atividades no campo da educação física escolar que auxiliam em seu desenvolvimento, seja ele social, motor ou outro, vivências essas que auxiliam em sua memória motora desde seus primeiros anos.

Desta forma, o aluno investigado adentrou na escola no ano de 2016, porém, começou a ser observado no ano de 2018 quando cursava o primeiro ano do ensino fundamental, ou seja, havia saído da fase de alfabetização, e as observações terminaram quando o aluno já se encontrava cursando o segundo ano do ensino fundamental. A observação se deu por volta de um ano e ocorriam duas vezes por semana com períodos de aula de 50 minutos. As anotações eram feitas em diários de campo que foram registrados 6 bolsistas do programa residência pedagógica onde os mesmos analisavam a turma em geral, porém ao avaliar os diários para essa pesquisa o enfoque foi dado as anotações feitas em relação ao aluno.

Vale ressaltar aqui que, além das aulas regulares onde o mesmo frequenta regularmente, o aluno recebe o atendimento especializado através da coordenação de educação especial que a escola possui, sendo atendido uma vez na semana individualmente num período de tempo de 50 minutos. Siqueira (2011) diz que:

“[...] essa aula de atendimento individualizado não deve ser usada como um fim em si mesma, mas como um meio para conhecermos o aluno com autismo e obter a oportunidade de criar uma intervenção pedagógica capaz de gerar condições para sua inclusão na turma regular, considerando seu percurso diferenciado de aprendizagem.” (p. 99)

A partir das observações feitas e das leituras feitas através dos diários de campo foi possível pontuar que o aluno em questão possui um grau leve, nível I na escala de autismo. O mesmo possui uma boa comunicação, não possui muitos atrasos na fala o que acaba facilitando na comunicação tanto com os professores como com os colegas de turma. Quando falamos em estratégias utilizadas para favorecer a inclusão dessas crianças, essa socialização e a integração dos alunos autista aos demais alunos é importante nesse momento de desenvolvimento de um indivíduo com TEA (LEMOS et al., 2016, p. 355).

Ainda nessa perspectiva de interação social entre o aluno autista e as demais crianças da classe, Lemos et al. (2016) pontua em uma de suas pesquisas que fala sobre as Concepções

de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas no ambiente escolar, que em uma das entrevistas a mãe de um aluno autista destacou que o simples fato de a criança vivenciar experiências de indivíduos da mesma faixa etária pode ajudar no desenvolvimento em sociedade desse indivíduo, pois o mesmo não terá somente contato com alunos autistas como acontece nas escolas especializadas, mas sim com os mais diferentes tipos de crianças e pessoas, e isso pode vir a somar tanto para o aluno quanto para as outras crianças.

O cuidado entre os alunos da escola com os alunos autistas, com demonstração de compreensão e noção sobre como a diferença está presente não só dentro da escola, mas na sociedade se faz necessário, pois apesar de parecer uma coisa simples se torna um meio útil de adaptação e de fazer a criança se sentir bem acolhida dentro do espaço escolar.

A aproximação do aluno com a professora de educação física da classe é pontuada positivamente, pois o pensar no aluno e em como incluir esse indivíduo nas aulas de educação física adotando estratégias, metodologias e meios para que essa inclusão aconteça é primordial. A professora em questão sempre procurava incentivar o aluno a participar das atividades, buscando sempre o diálogo, tentando identificar arranjos que pudessem auxiliar nas próximas aulas, para que assim pudesse obter um nível de participação cada vez maior do aluno.

Ademais a mesma sempre buscava atividades em que os alunos da classe pudessem ajudar uns aos outros, procurando assim também a interação do aluno autista com os demais alunos da classe, mostrando assim também aos demais alunos a respeitarem as diferenças uns dos outros e sempre pontuando que cada um possui um ritmo de aprendizagem e que isso também deve ser respeitado. O diálogo com a turma sobre tais assuntos é importante para que haja uma conscientização e que situações que sejam constrangedoras ou que possam ocasionar desconforto nesse aluno autista, que pode provocar a perda do gosto pelas aulas de educação física.

Souza e De Assis (2015) quando falam sobre limites e possibilidades no trabalho cotidiano de alunos autistas nas aulas de educação física declaram que em entrevista alguns professores afirmaram que o trabalho com os autistas pode sim acontecer de forma tranquila, visto que esse trato é bom para o crescimento e aperfeiçoamento profissional, pessoal e que a aproximação com esse sujeito pode ser a garantia do sucesso nesse processo de ensino-aprendizagem.

Uma das coisas também que nos chamou atenção foi o quanto o incentivo ao aluno era importante para que ele participasse das atividades propostas, incentivos esses que vinham em determinados momentos pela professora e em outras pelos próprios colegas de turma que em algumas ocasiões em que o aluno tinha mais dificuldade para desenvolver certa atividades, os mesmos se propunham a ajudar e a incentivar contribuindo para que o aluno conseguisse participar das atividades.

Sendo assim podemos citar aqui uma das atividades propostas na aula de educação física que fazia parte do conteúdo práticas corporais de aventura, onde estava sendo trabalhado o slackline, que consiste em um fita elástica esticada em dois pontos fixos e o indivíduo ao praticar deve se equilibrar sobre a fita. De início o aluno não queria participar daquela atividade pois não conseguiria e teria medo de praticar, mas a partir da observação das outras crianças fazendo e do incentivo da professora, no tempo dele o mesmo conseguiu subir na fita de slackline, sempre esse processo sendo mediado pela professora e assim conseguindo vencer essa barreira encontrada no decorrer do caminho.

Vale ressaltar que em nenhum momento o aluno era obrigado a fazer as atividades, mas sim havia o diálogo explicando como as coisas funcionavam, que o mesmo teria auxílio do professor na atividade, ou seja, o momento do aluno era sempre respeitado. No entanto o incentivo ao aluno era sempre feito, mas de forma agradável para que o aluno pudesse se sentir à vontade, pois caso contrário o aluno poderia se sentir desconfortável não querer mais fazer as atividades, ou até mesmo não participar das aulas de educação física.

Nas atividades que envolviam uma coordenação motora maior o aluno apresentava um pouco mais de dificuldade, porém através de arranjos e adaptações era possível fazer com que o aluno participasse da aula e desenvolvesse as atividades propostas. Uma ou outra atividade que o mesmo não conseguia desenvolver, no entanto procurava-se fazer o máximo possível para que esse aluno conseguisse realizar as tarefas da aula para que não causasse nenhum tipo de frustração ao aluno.

No que tange as propostas de atividades de cunho mais teórico na disciplina como aulas expositivas, ou avaliações foi possível observar que o aluno no seu ritmo e com incentivo e auxílio da professora o mesmo conseguia aos poucos ir desenvolvendo as atividades propostas, o mesmo consegue desenvolver a escrita, e atividades que envolvam um lado mais artístico como o desenho e a pintura. O incentivo ao aluno aqui também é pontuado,

pois trazemos o mesmo de forma positiva e que pode auxiliar em vários momentos e na atividades propostas pela professora.

Outro ponto importante ao se trabalhar com alunos que possuem esse espectro é que os professores devem trabalhar em conjunto para que o aluno possa se sentir acolhido em todos os espaços da escola, como sala de aula, refeitório e os demais espaços que a escola possui, porém as formações para demais funcionários são muito escassas, quase inexistentes. No entanto é possível perceber na escola em questão que nosso aluno estuda, um trabalho em parceria entre os professores e a coordenação de inclusão que ajuda de forma benéfica nesse processo de inclusão. Porém sabemos e já apontamos aqui que nem todas as escolas possuem esse aparato.

A presença da família processo se torna de extrema relevância. Para Panerai et al. (2009); sobre a inclusão dessas crianças autistas em contextos de escolas regulares de ensino o mesmo aborda a participação dos pais como imprescindível na educação dessas crianças, afirmando que, quanto mais rápido os pais aceitam o diagnóstico de seus filhos, tomando para si a responsabilidade da educação de seus filhos, e comecem também a enxergar a deficiência não como um impedimento para seus filhos, mas sim partindo do ponto que os mesmo são capazes de se desenvolver em muitos aspectos de forma positiva na promoção da aprendizagem seja ela motora, física ou social.

Pelo fato das aulas do aluno observado acontecerem em horários distintos, não conseguimos ter tanto contato com os familiares do aluno. No entanto o pouco contato que tivemos com a mãe do aluno pudemos perceber que a mesma buscar envolver seu filho nas atividades escolares, até pelo fato de ela ser professora, então o incentivo vindo dela também é abordado de forma positiva, pois o aluno foi inserido desde a educação infantil em uma escola regular de ensino e vem se adaptando positivamente durante todos esses anos.

Lemos et al. (2016) ainda em seu trabalho sobre a concepção de pais e professores sobre a inclusão de alunos autistas afirma que:

Com relação à opinião sobre a “participação da família”, todas admitiram a importância do seu papel para que a inclusão escolar dos seus filhos se efetive. Interessa ressaltar que uma das mães colocou a sua importância não só em termos do seu filho, mas também no sentido de ajudar mães de crianças que estão na fase inicial, muitas vezes sem o diagnóstico [...]. (p. 356)

É interessante notar como as famílias hoje já se veem dentro desse processo de inclusão, não transmitindo a responsabilidade somente para a escola, mas tomando seu papel que é importante dentro desse contexto, ajudando na quebra de preconceitos e estereótipos e rótulos que são colocados nas pessoas que possuem o espectro autista, onde as mesmas são vistas apenas “pelo que não conseguem fazer”.

No espaço escolar a inclusão necessita não somente de conhecimento teórico acerca do autismo, ou das estratégias e metodologias de trabalho que o professor desenvolve em sua aula, mas também é de suma importância a predisposição da família e da escola como um todo em aceitar e trabalhar de maneira positiva com tais crianças. Tornando assim não o caminho sem problema algum, mas uma jornada mais harmonioso para ser percorrida, pois quando todos caminham para o mesmo objetivo, acabam por tornar o caminho mais leve, porém não perfeito, pois sempre haverá um obstáculo a ser enfrentado.

Como já foi dito o professor também possui papel fundamental dentro desse processo, portanto, atentarmos o olhar para a formação dos professores em relação a educação inclusiva é um modo de começar as mudanças na qualidade de ensino. Incentivar a especialização e a obtenção de conhecimento na área pode propiciar a criação de novos contextos educacionais inclusivos, capazes assim de possibilitar a aprendizagem a todos os alunos, respeitando todos em seus ritmos, tempos históricos e superando barreiras que aparecem no decorrer do caminho (SOUZA e DE ASSIS, 2015, p. 9).

Dentro das experiências vividas e das atividades propostas, na escola podemos identificar que sim, há possibilidades para que essa inclusão aconteça. Porém apesar de todo o aparato que a escola possui podemos identificar limites nesse processo, estes fazem com que essa inclusão não ocorra com 100% de aproveitamento, ou efetuado com total sucesso. A pouca carga horária para o planejamento da professora pode acarretar em dificuldades na adoção de metodologias mais eficazes, o número grande de turmas distribuídas para a mesma se tornam desgastantes e acaba por fadigar a profissional.

Quando conseguimos que a turma do aluno autista ajude no processo, não transferindo a responsabilidade de inclusão para eles, mas tornando os mesmos como um meio que ajudem nesse processo. Quando não se consegue, isso pode se tornar um problema, pois a turma pode deixar o aluno mais de lado, o que ao invés de ser um processo inclusivo pode culminar por se tornar um processo mais exclusivo o que para nós seria totalmente negativo.

Atividades mais complexas ou que envolvam comandos mais complexos dentro das aulas de educação física podem atuar de forma negativa dentro desse processo, pois o aluno pode acabar se sentindo incapaz e desanimado em fazer as atividades. Ocasionalmente assim atrasos no avanço desse aluno tanto em termo de aproximação com o professor.

Segundo Carmo (2006), o que precisa ser compreendido a primeiramente com a relação à inclusão, é que a mesma não pode ser entendida como algo isolado que pertence somente ao ambiente escolar, mas, sim, que a inclusão deve estar presente nos campos da saúde, educação, alimentação, lazer, habitação, dentre outros. Desta forma podemos perceber também que esses campos acabam por dificultar o processo de inclusão, porém através de muito esforço a educação física adaptada assim como outras áreas da educação especial vem ganhando um espaço de visibilidade o que pode ser benéfico dentro do processo de inclusão.

5. CONCLUSÃO

Fazer esta pesquisa foi muito prazeroso, pois é uma área complexa e ainda muito pouco estudada no campo da educação física em comparação a outros assuntos. Desta forma é possível começarmos a caminhada para mais estudos que envolvam a educação física escolar e a inclusão de alunos autistas. Nosso caminho para chegarmos até aqui não foi tão fácil, tivemos muitas limitações ao acesso da documentação desse aluno, porém buscamos sempre com o material que tínhamos em mãos fazer nosso melhor para que a pesquisa fosse concluída. Ressaltamos que o Projeto Residência Pedagógica se fez essencial para que o trabalho fosse concluído, e não só isso, agregou de forma positiva na formação docente da pesquisadora.

Conceituar o autismo já é possível pois já há manuais que fazem isso, porém quando se trata da relação entre o autismo e a educação física escolar os artigos e trabalhos nesse campo são mais escassos, pois é uma área pouco explorada ainda. Porém a pontuar limites e possibilidades de alunos autistas dentro das aulas de educação física se torna mais complexo pois cada sujeito desenvolve o espectro de forma diferente, mas sabemos que com esforços conjuntos podemos aos poucos tornar o processo de inclusão de alunos do espectro autista cada vez mais possível, não somente nas aulas de educação física, mas também em todo o contexto das escolas regulares de ensino.

Este trabalho não busca romantizar perspectivas sobre a inclusão de alunos autistas nas aulas de educação física em escolas regulares de ensino, pois sabemos que o caminho é complexo, pois quando se trata do espectro autistas falamos dos diferentes graus desse transtorno e de como os sintomas podem variar de indivíduo para indivíduo. Concordamos com Siqueira (p. 102, 2011) quando a mesma afirma: “não negamos que a construção de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Física com a presença de um aluno com autismo é extremamente difícil e delicada, porém é justamente isso que nos instiga, que nos faz reavaliar nossas atitudes, nossos conceitos e procedimentos.”

Sendo assim extremamente pertinente para o campo científico da EF, mostrar a realidade em que nos encontramos hoje não só a respeito da educação de crianças autistas, mas também de outras crianças portadores de qualquer tipo de necessidade educacional especial, destacando a importância de se estudar propostas, meios e possibilidades para o trato com tais alunos e defender a importância da EF para o desenvolvimento da criança autista e as

demais que possuem outras necessidades especiais , em inúmeros aspectos como por exemplo o social, o psicomotor, sensorial e dentre outros.

O aluno em questão observado apresentou boas possibilidades de inserção nesse contexto escolar em uma escola de ensino regular, e mostrou dentro do contexto de observação um bom desenvolvimento, tanto em aspectos de socialização como em aspectos motores. Porém ressaltamos que a Escola de Aplicação da UFPA, instituição onde o aluno estuda é um escola referência que dispõem de aparatos que auxiliam no processo, o que na maioria das vezes é difícil de encontrar em outras escolas a nível municipal e estadual. Desta forma destacamos que as condições estruturais e educacionais da escola contribuíram significativamente e positivamente durante o processo.

No entanto como já foi dito não queremos deixar aqui uma fórmula de como incluir um aluno autista nas aulas de educação física, até porque não existe e é um ato bastante complexo e que envolve diversos aspectos, mas sim trazer reflexões a respeito dessa prática, demonstrando que é difícil, porém não é impossível e com um coletivo bom essas crianças podem obter desenvolvimentos surpreendentes dentro de suas próprias possibilidades, pois por mais destoantes que possam configurar às condições dos alunos com espectro autista no ensino regular, é preciso sim apostar em construções de intervenções pedagógicas na Educação Física que possibilitem a interação social, aprendizagem e desenvolvimento desses alunos.

Percebemos que incluir esses alunos, nas aulas Educação Física, não é simplesmente adaptar essa disciplina escolar para que esses alunos possam participar das aula, mas sim trabalhar em cima de uma perspectiva educacional cujos objetivos, e métodos valorizem a diversidade humana que há dentro das escolas, participando assim da construção de uma sociedade mais inclusiva. Sendo assim o professor deve promover dentro das turmas o respeito às diferenças, acreditando sempre no potencial de seus alunos, buscando fundamentos teórico-práticos que auxiliem no desenvolvimento de processos de ensino que contemplem os indivíduos em suas necessidades e potencialidades.

Ao falar da educação física e a inclusão, Siqueira (2011) aponta que:

“Na verdade, a educação inclusiva, também, na Educação Física Escolar vem nos provocar, instigar, mostrar que estamos diante de uma questão muito maior que incluir ou não um aluno com NEEs na escola. Quando nos referimos à Educação Física, é primordial nos determos em sua

especificidade. Torna-se fundamental discutir, refletir, construir, desconstruir e ressignificar caminhos para a Educação Física Escolar que não sejam do ensino de movimentos predeterminados, mecânicos, em função somente da prática esportiva. Portanto, é necessário experimentarmos novas possibilidades e novos paradigmas educacionais que nos permitam conhecer nossos alunos em suas singularidades e condições, construindo um ensino que realmente consiga incentivar a participação e permanência (com qualidade) de todos.” (p. 41)

No entanto, não é tão fácil quanto pensamos pois não dependemos somente do ambiente escolar, mas sim de políticas que auxiliem essas pessoas e acabamos por nos questionar se é possível enfrentar essas dificuldades. Apesar da Lei Berenice Piana ter sido instituída a favor das pessoas com o espectro autista, eles ainda não possuem as melhores condições e desta forma vão se criando movimentos e associações que se dedicam e pleiteiam pelos direitos dessas pessoas. Geralmente, direitos são adquiridos, conquistados, dificilmente são concedidos, a própria lei Berenice Piana recebeu esse nome em homenagem a mãe de um sujeito autista que lutou com todo o seu esforço para que seu filho tivesse direito as coisas mais básicas da sociedade.

Não muito diferente hoje ainda há associações que defendem os direitos de pessoas que possuem o espectro autista e que buscam por melhorias para os mesmos. Podemos citar algumas delas aqui como a AMA (Associação de amigos do autista), a ABRAÇA (Associação Brasileira para Ação por Direitos das Pessoas com Autismo), A AFETO (Associação de Famílias para o Bem-Estar e Tratamento da Pessoa com Autismo), dentre outras. Essas associações geralmente não tem fins lucrativos, compostas por pais e parentes de pessoas diagnosticadas com o espectro autistas, elas buscam através desse movimentos melhores condições de atendimento médico, social, escolar, dentre outros direitos.

Essa luta é um movimento contínuo e que envolve a educação desses alunos, pois as escolas de cunho municipal e estadual não possuem tantos aparatos e estrutura para receber tais alunos, então a luta coletiva para que faça-se valer a lei de inclusão de alunos autistas em escolas regulares de ensino ainda é pautada. O lócus da pesquisa foi uma escola federal que possui infraestrutura para receber esses alunos, porém o porte da mesma não consegue acolher a grande demanda de alunos autistas. Ou seja, precisamos de políticas que sejam efetivadas na questão de preparar essas escolas para receber esses alunos.

Ao falar sobre os limites e possibilidades de desenvolvimento de um aluno autista nas aulas de educação física, percebemos que os mesmos não dependem somente do professor da

disciplina, da família ou até da direção da escola, mas também depende dos governantes que precisam adotar políticas e desenvolver estruturas que dê suporte a escola, aos professores para que os mesmos possam receber esses alunos da melhor forma promovendo o desenvolvimento desses indivíduos e além de viabilizar o processo de inclusão dentro das escolas regulares de ensino.

6. REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5ª Edição. Porto Alegre. Artmed Editora, 2014.
- BASES, LEI DE DIRETRIZES E. da Educação Nacional. **LDBEN. Lei**, 1996.
- BRASIL. **Diário Oficial da União** (DOU) de 28 de dezembro de 2012. Pág. 2. Seção 1. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 02 out. 2018.
- BRASIL. LEI N. 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**, 2012.
- CARMO, AA do. Escola não seriada e inclusão escolar: a pedagogia da unidade na diversidade. **Uberlândia: EdUFU**, 2006.
- CHICON, J. F. **Inclusão na Educação Física escolar: construindo caminhos. 2005. 420 f.** 2005. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CUNHA, Eugênio. Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar–ideias e práticas pedagógicas. **Rio de Janeiro: Wak Ed**, 2013.
- DE SALAMANCA, Declaração. Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais educativas especiais. **Brasília: CORDE**, 1994.
- Folha informativa atualizada em abril de 2017. 2017. Disponível em:
<<https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>> Acesso em: 13 dez. 2019.
- GOMES, Paulyane TM et al. Autismo no Brasil, desafios familiares e estratégias de superação: revisão sistemática. **Jornal de Pediatria**, v. 91, n. 2, p. 111-121, 2015.
- GREENVILLE, Roberta; FERNANDES, Saulo. Avaliação da aprendizagem na educação física escolar. **Motrivivência**, v. 19, n. 28, p. 120-138, 2007.
- GUEDES, Nelzira Prestes da Silva; TADA, Iracema Neno Cecilio. A produção científica brasileira sobre autismo na psicologia e na educação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 31, n. 3, p. 303-309, 2015.
- HOLGADO RAMOS, Daniel. Diário de campo. **Redes: revista hispana para el análisis de redes sociales**, v. 24, n. 2, p. 0193-195, 2013.
- KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral Autism and Asperger syndrome: an overview. **Rev Bras Psiquiatr**, v. 28, n. Supl I, p. S3-11, 2006.
- LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias et al. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 3, p. 351-361, 2017.
- LENZ, Jóici Crazieli; MAYER, Sandra Mara; BURGOS, Miria Suzana. A INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA ANÁLISE EM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ–RS. 2015.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo de Marx**. 1ª edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

Organização das Nações Unidas (2003). Weekly epidemiological Record, 78(4). Retrieved from <http://www.who.int/wer/2003/en/wer7804.pdf>.

PANERAI, Simonetta et al. Special education versus inclusive education: the role of the TEACCH program. **Journal of autism and developmental disorders**, v. 39, n. 6, p. 874-882, 2009.

PLETSCH, Márcia Denise; COSTA, Marcela Francis. Inclusão escolar de alunos com autismo: um olhar sobre a mediação pedagógica. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS EM DIÁLOGO, Outubro, 2014, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ, 2014. Disponível em: http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-Pletsch_e_Lima.pdf. Acesso em 06 de jul. 2019.

SANTOS, Vanice dos; CANDELORO, Rosana J. Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas. **Porto Alegre: AGE**, p. 73, 2006.

SANT'ANA, Wallace Pereira; DA SILVA SANTOS, Cristiane. A Lei Berenice Piana e o Direito à Educação dos Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista no Brasil. **Revista Temporis [ação] (ISSN 2317-5516)**, v. 15, n. 2, p. 99-114, 2016.

SCHWARTZMAN, J. Condições associadas aos Transtornos do Espectro do Autismo. **Transtornos do Espectro do Autismo**, p. 123-143, 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24ª Edição. São Paulo. Cortez editora, 2017.

SILVA, A. B.; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. Mundo singular. **Entenda o Autismo**. Rio de Janeiro: Editora Fontana, 2012.

SILVA, Bruna de Lima Albuquerque; DE LIMA OLIVEIRA, Marilene Ferreira. CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM ESPECTRO AUTISTA. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 7, n. 2, p. 87-99, 2018.

SILVA, Micheline; MULICK, James A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 29, n. 1, p. 116-131, 2009.

SIQUEIRA, Monica Frigini. **Educação física, autismo e inclusão: ressignificando a prática pedagógica**. 2011. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo.

SOARES, Carmen Lúcia et al. **Metodologia do ensino de educação física**. Cortez Editora, 1992.

SOUZA, Jessica Rezende; DE ASSIS, Renata Machado. Alunos autistas nas aulas de educação física: limites e possibilidades do trabalho cotidiano. **Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino (EDIPE) do Centro de Estudos e Pesquisas em Didática (CEPED)**, v. 6, 2015.

STAINBACK, Susan; WILLIAM, Stainback. Inclusão: um guia para educadores. In: **Inclusão: um guia para educadores**. 1999.

TOMÉ, Maycon et al. Educação física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal de autistas. **Movimento e Percepção**, v. 8, n. 11, 2007.

UFPA. Projeto Residência Pedagógica – Núcleo Educação Física: **Trabalho docente em educação física: ensino-pesquisa-extensão a partir da cultura corporal na articulação**

universidade e educação básica. Universidade Federal do Pará. Faculdade de Educação Física, 2018.

UNICEF et al. ONU, (2006, dez). **Relatório mundial do UNICEF**, 2006.

VARELA, Beatriz; MACHADO, Pedro Guilherme Basso. UMA BREVE INTRODUÇÃO SOBRE AUTISMO. **Educação e Humanidades**, v. 1, n. 11, p. 25-39, 2017.

VASQUES, Carla Karnoppi. **Alice na biblioteca mágica:** uma leitura sobre o diagnóstico e a escolarização de crianças com autismo e psicose infantil. 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

7. ANEXO

7.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO **TÍTULO DA PESQUISA: Limites e Possibilidades de Desenvolvimento de um Aluno do Ensino Fundamental I com Transtorno do Espectro Autista nas Aulas de Educação Física na Escola de Aplicação da UFPA.**

Pesquisadores proponentes:

Fernanda Yully dos Santos Monteiro (Pesquisadora Orientadora)

Licenciada Plena em Educação Física – Universidade do Estado do Pará (2013).

Mestre em Educação – Universidade Federal do Pará (2018).

Ingrid Marques dos Santos (Pesquisadora)

Acadêmica do 8º Semestre do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física – Universidade Federal do Pará.

Prezado Colaborador (a),

Meu nome é Ingrid Marques dos Santos e estou desenvolvendo pesquisa sob orientação da Prof. Me. Fernanda Yully dos Santos Monteiro com vistas à conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação Física. Esta pesquisa busca contribuir com reflexões sobre crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e as aulas de Educação Física na escola. A relevância do estudo está compreendida na pouca quantidade de estudos científicos sobre o tema desta forma esperamos fechar lacunas existentes e contribuir com a produção de conhecimento na área da Educação Física, sobretudo à Educação Física Inclusiva. Entretanto, para que esta investigação possa ser desenvolvida, gostaríamos de incluir dentro da pesquisa os documentos da Coordenação de Educação Inclusiva e a autorização da família em relação a utilização de análises obtidas através de nosso diário de campo com o aluno Gustavo Cruz, da turma 2001 da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará.

Para tanto, garantimos que os dados desta pesquisa serão utilizados exclusivamente para fins científicos desta investigação, sendo assim, pedimos que leia com atenção as informações abaixo para decidir sobre a anuência da solicitação.

Ao assinar este documento, estou consentindo formalmente a utilização das análises obtidas através de diário de campo e os documentos referentes aos encontros do aluno

Gustavo Cruz na Assessoria de Educação Inclusiva da EAUFPA (AEE/EAUFPA). Informo, ainda, que fui devidamente esclarecido quanto aos seguintes aspectos:

1. Que os pesquisadores assumem as seguintes responsabilidades nesta investigação: a) zelar pela minha integridade e bem-estar; b) desenvolver a investigação conforme o delineamento apresentado no projeto.
2. Os documentos serão utilizados com viés científico, preservando a imagem do investigado e preservando a fidedignidade do documento.
3. As informações coletadas na análise documental e no diário de campo serão transcritas pelo pesquisador, preservando a originalidade dos documentos e fatos observados.
4. Estou ciente dos possíveis benefícios da investigação, os quais estão expressos nos seguintes aspectos: a) na possibilidade de refletir sobre as contribuições da inclusão de crianças com TEA nas aulas de Educação Física; b) na possibilidade de suprir a atual carência de material científico que analise o tema investigado; c) Na possibilidade de gerar material didático-pedagógico para fundamentar nossas intervenções a posteriori;
5. A minha participação na pesquisa será voluntária, logo, em caso de recusa sei que não obterei qualquer vantagem ou prejuízo;
6. Este termo constará de duas vias, que serão assinadas no momento de aceite do participante, sendo que uma das vias permanecerá em meu poder e a outra com o pesquisador;
7. Estou ciente de que qualquer dano comprovadamente associado ou decorrente da pesquisa é garantido o meu direito a obtenção de indenização;
8. Estou ciente que em caso de qualquer despesa proveniente da pesquisa, serei ressarcido integralmente pelos pesquisadores imediatamente após comprovação da despesa.
9. Necessitando de qualquer outro esclarecimento sobre a pesquisa, em qualquer momento da mesma, ou querendo cancelar minha participação nela, deverei entrar em contato pessoal com os pesquisadores no Curso de Educação Física da Universidade Federal do Pará, entrarei em contato pelos telefones (91) 983610663 (Fernanda) / (91) 993210020 (Ingrid), ou ainda por e-mail: fernmonteiro1301@gmail.com/ingrid06marques@gmail.com.

Belém, de outubro de 2019

Colaborador

Fernanda Yully dos Santos Monteiro

RG: 4739965

CPF: 527.179.502-06

Ingrid Marques dos Santos

RG: 7414423

CPF: 032.583.402-42